



Delcídio (E), presidente da CAE, em sessão do Plenário que aprovou ontem três operações de crédito externo

## Financiamento externo vai modernizar 43 caças da FAB

Aprovada a autorização de empréstimo de 85 milhões de euros para modernizar aviões de ataque AMX, com o apoio da israelense Elbit

O governo foi autorizado, primeiro pela CAE e, em seguida, pelo Plenário, a realizar empréstimo de 85 milhões de euros junto a

um consórcio de bancos, para modernização de 43 aviões de ataque A-1. As aeronaves AMX equipam a FAB por acordo assinado com a Itália em 1981. **3**

## Críticas à proibição dos inibidores de apetite **8**



Médicos debateram com o presidente da Anvisa na Comissão de Direitos Humanos, presidida por Paulo Paim (C)



Gleisi Hoffmann: "Eu vou me dedicar muito, trabalhar muito"

## CE aprova modernização do ensino para a Aeronáutica **3**



## Peluso quer apoio para PEC que ataca impunidade **5**

Ministro Cezar Peluso fala na CCJ, ao lado dos senadores Eunício Oliveira e Aloysio Nunes Ferreira (ao fundo): combate à indústria dos recursos

## Palocci sai e Dilma chama Gleisi para a Casa Civil

Senadora se disse honrada e promete um perfil de gestão no comando da Casa Civil. Ela se despede com um discurso hoje, às 14h30. **4**

## Plenário pede equilíbrio entre produção e conservação **6**

Sessão no Congresso Nacional para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente: deputados e senadores defendem importância do equilíbrio entre produção e preservação ambiental



## Estímulo para o consumo de produtos verdes

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação incentiva consumidor a privilegiar produtos ambientalmente responsáveis. **6**

Empresas são homenageadas pela contribuição ao desenvolvimento econômico e social. Este ano, são Grupo Cairu, J. Macêdo, Laboratório Teuto e Votorantim

# Senado entrega Diploma José Ermírio de Moraes

QUATRO EMPRESÁRIOS FORAM homenageados ontem com o Diploma José Ermírio de Moraes, entregue anualmente pelo Senado a pessoas ou empresas que tenham contribuído de forma relevante para o desenvolvimento econômico e social do país.

Eugênio e Euflávio Ribeiro, do Grupo Cairu, de Rondônia, receberam o título durante a sessão especial realizada em Plenário. José Dias de Macêdo, presidente das Organizações J. Macêdo, do Ceará, e Walteri de Melo, do Laboratório Teuto, de Goiás, foram representados por filhos.

O Grupo Votorantim foi representando na homenagem por seu diretor de Relações Institucionais, Samuel de Almeida Lima.

O Laboratório Teuto é pioneiro na produção dos genéricos no país. O grupo Cairu, que começou suas atividades com uma pequena oficina de consertos, fabrica mensalmente 21 mil bicicletas e emprega cerca de 1.500 funcionários.

## Função social

Ao falar em nome de seu pai, José Dias de Macêdo, de 92 anos, impossibilitado de



Irmãos Eugênio e Euflávio Ribeiro recebem senadores da bancada de Rondônia

viajar por problemas de saúde, Roberto Macêdo destacou a função social das empresas, para ele, mais importante que a mera posse ou controle de um negócio. O Grupo J. Macêdo emprega mais de 3.200 pessoas e tem forte atuação no setor de moagem de trigo e produção de seus derivados.

– É bom que a gente tenha a empresa, mas é diferente de usá-la como um bem seu, quando na verdade não o é. A empresa é um produto, um direito da sociedade, porque vai produzir o que ela vai consumir. É nossa obrigação fazer com que a sociedade se beneficie daquilo que estamos fazendo – disse o empresário, que preside a Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

Falecido em 1973, o empresário José Ermírio de Moraes, que dá o nome ao diploma, é o fundador do Grupo Votorantim e pai do também empresário Antônio Ermírio de Moraes. Presidente da sessão, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que José Ermírio chegou a construir uma hidrelétrica para enfrentar o cartel mundial de produtores de alumínio. Isso foi em meados dos anos 1950, quando o empresário construía a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e a Light se recusava a fornecer energia para a empresa.

O conselho que elege os indicados ao diploma é integrado por 13 senadores, de diferentes estados.

## PEC das MPs recebe mais uma emenda

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional, recebeu ontem mais uma emenda em Plenário, proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ela acaba com a comissão mista de deputados e senadores para avaliação da admissibilidade das MPs. A tarefa passaria a ser da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

A comissão, um dos pontos considerados mais polêmicos da PEC, consta do substitutivo elaborado pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG) ao texto original apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

A emenda altera também os prazos de tramitação da MP: dez dias para a CCIJ da Câmara avaliar a urgência e relevância; 60 dias para a tramitação na Câmara; 40 dias no Senado e outros dez para a revisão da Câmara.

A PEC 11/11 completa hoje o prazo constitucional de cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno, mas será devolvida à CCIJ por causa das emendas. Além de Valadares, os senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) já haviam sugerido alterações na semana passada.

## Cyro alerta para decisão do Cade sobre Brasil Foods

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ontem que uma decisão contrária do Cade à empresa Brasil Foods (BRF), na reunião de hoje, deixará



Cyro Miranda

o mercado brasileiro vulnerável aos “fortes concorrentes internacionais, ávidos pelo potencial de nossos consumidores”. A BRF é a empresa resultante da fusão da Sadia com a Perdigão.

– Nós não cremos que a decisão seja desfavorável à fusão, até porque, se isso vier a ocorrer, será um sinal ruim para o futuro da economia brasileira. Como assinala o editorial do *Brasil Econômico* de hoje [ontem], sob o título “As luzes e as trevas”, se a intervenção vier, a Brasil Foods ainda terá a saída de procurar a Justiça para resguardar seus direitos.

## Mozarildo elogia Assembleia de Deus em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou os 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil e os 96 anos de sua presença em Roraima. O parlamentar lembrou os marcos históricos e a expansão da igreja em seu estado.

– Em Roraima, a igreja evangélica Assembleia de Deus é considerada a maior denominação e possui 368 congregações com 182 pastores e evangelistas, além de 46 missionários espalhados por terras indígenas – disse.

Mozarildo destacou a importância da Assembleia de Deus roraimense em projetos sociais, que incluem construção de casas para os membros da igreja, recolhimento de roupas e alimentos que auxiliam 250 famílias cadastradas, atendimento a grávidas e ressocialização da população carcerária.

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Última sessão para a PEC das MPs

14h Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, de PEC que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

## Presidência Plano Estratégico de Fronteiras

11h O presidente José Sarney vai ao lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, no Palácio do Planalto; às 15h30, recebe o embaixador da Alemanha, Wilfried Grolig; às 16h, preside sessão plenária; às 18h, recebe o Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas (CPAL).

## CMA Economia verde e serviços ambientais

9h Debate sobre “Economia verde: serviços ambientais”, em especial as oportunidades, os entraves e as experiências mais significativas para inserir os serviços ambientais no contexto da economia verde de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20.

## CCT Marco legal para a internet

9h Audiência pública para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um marco legal para a internet, em elaboração no Poder Executivo.

## CCJ Projetos da reforma política

10h A Comissão de Constituição e Justiça discute várias emendas constitucionais e projetos de lei da reforma política. A comissão vota em turno suplementar substitutivo a projeto que restabelece o fuso horário do Acre.

## CE Plano Nacional de Educação

10h Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência pública para discutir o Plano Nacional de Educação.

## CMA Copa do Mundo e Rio 2016

14h Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 realiza audiências.

## LDO Votações de emendas

9h Comissão de Direitos Humanos/Comissão de Assuntos Sociais  
14h Comissão de Desenvolvimento Regional  
14h30 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

## Biblioteca Anais de Educação e Meio Ambiente

18h30 Lançamento dos *Anais do Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente*, uma iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Casildo Maldaner (2º a dir.), que coordena a sessão, presidiu o banco regional

## Plenário comemora 50 anos de atuação do BRDE na região Sul

O Plenário homenageou ontem os 50 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), comemorados em 15 de junho. Criado em 1961 para promover o desenvolvimento dos estados do Sul, o banco passou a atuar, em 2009, também em Mato Grosso do Sul. Casildo Maldaner (PMDB-SC), que já presidiu o banco, encabeçou o pedido de homenagem, assinado por todos os senadores dos estados em que o banco atua.

– Quero destacar a importância da instituição no desenvolvimento dos mais diversos setores produtivos na região – disse Casildo, citando as indústrias têxtil, metal-mecânica e cerâmica, em Santa Catarina; o cooperativismo e a usina Itaipu Binacional, no Paraná; e a Companhia Petroquímica do Rio Grande do Sul.

Na presidência, Paulo Paim (PT-RS) apontou o papel do banco na concessão de crédito aos

micro e pequenos produtores rurais e empresas.

Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia (PP-RS), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Paulo Bauer (PSDB-SC) também homenagearam o banco, destacando as ações sociais, a contribuição para o desenvolvimento dos estados e o volume de investimentos.

O presidente do BRDE, Renato Vianna, lembrou que a criação do banco foi resultado da ação dos governadores dos estados do Sul, que reagiram contra a concentração de investimentos do governo federal em outras regiões do país.

– Somos um banco com apenas três agências e um escritório de representação, mas quando o assunto é fomento, é crédito para o desenvolvimento, é presença nos momentos cruciais, o BRDE é parceiro para crescer no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso do Sul – afirmou.

## CE aprova atualização do ensino na Aeronáutica

A atualização do ensino na Aeronáutica, com o reconhecimento de grau de nível superior e instituição de títulos em todos os graus de formação, foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto (PLC 10/11) segue agora para análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que terá decisão terminativa.

Pelo projeto, relatado por José Pimentel (PT-CE), a finalidade do ensino na Aeronáutica é oferecer aos militares da ativa e da reserva "a necessária qualificação para o exercício de cargos e para o desempenho das funções".

A proposta foi encaminhada ao Congresso pelo Executivo. Além de definir os órgãos que integram o Sistema de Ensino da Aeronáutica (Sistens), a proposta estabelece suas atividades e as modalidades de ensino.

O projeto também prevê a instituição de cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e altos estudos

voltados ao preparo dos alunos para o exercício de cargos na instituição. Entre os cursos, estão os seguintes: preparatório de cadetes do ar; formação de oficiais aviadores; graduação em Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); adaptação de oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos da Aeronáutica.

A qualificação no Sistens será comprovada por meio de diplomação e certificação, e o corpo docente será formado por professores integrantes da carreira do magistério e por militares qualificados para atividades de ensino, além de professores visitantes e convidados.

Na exposição de motivos, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, explica que a atual legislação está defasada e não permite o grau de nível superior para os concluintes dos cursos de formação de oficiais da Aeronáutica, bem como o suprimento e a equivalência de títulos, graus e certificados em todos os níveis educacionais.



O primeiro protótipo voou em 1984 e foi produzido pela Embraer, na época uma estatal

## Financiamento externo vai modernizar caças AMX

Governo realizará empréstimo de 85 milhões de euros para modernizar os 43 caças da FAB, com o apoio da israelense Elbit. A CAE e o Plenário autorizaram a operação

O GOVERNO FOI autorizado a realizar empréstimo no valor de 85 milhões de euros junto a um consórcio dos bancos BNP Paribas e Hapoalim, para modernização de 43 aeronaves AMX, aviões de ataque denominados A-1. Os aviões equipam a Força Aérea Brasileira (FAB) como resultado de um acordo assinado em 27 de março de 1981 entre os governos brasileiro e italiano, com a participação da então estatal Embraer.

O primeiro protótipo voou em 15 de maio de 1984 e, durante o quinto voo, caiu, matando o piloto. A produção em série foi iniciada na metade de 1986, com os primeiros exemplares entregues à Força Aérea Italiana e à FAB em 1989. Desde então, cerca de 200 AMXs foram construídos.

Em 1999, os esquadrões italianos de AMX realizaram 252 missões de combate sobre Kosovo, como parte da operação das Forças Aliadas. Nenhuma aeronave foi perdida.

Como sócio minoritário, o Brasil teve problemas na assistência técnica e nos custos de reparos

desses aviões de combate, mas adotou soluções tecnológicas que agora não dependem de fornecedores externos.

As aeronaves modernizadas receberão o nome de A-1M. Para esse novo empreendimento, a FAB recorreu à empresa israelense Elbit, com sede em Haifa.

O empréstimo, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na manhã de ontem e levado a Plenário em regime de urgência, corresponde a 85% do valor do projeto, de US\$ 187,43 milhões. O Tesouro Nacional vai desembolsar US\$ 20,46 milhões, referentes aos restantes 15%.

Outras duas operações de

crédito externo aprovadas pelo Plenário beneficiam dois municípios. Uma delas, no valor de 36,15 milhões de euros, será realizada entre Curitiba e a Agência Francesa de Desenvolvimento. Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte.

A outra operação, de US\$ 21,6 milhões, será realizada entre São Bernardo do Campo (SP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deverá financiar parcialmente o Programa de Modernização e Humanização da Saúde.



Delcídio do Amaral e Luiz Henrique: empréstimo equivale a 85% do projeto militar

## Ratificados mais quatro acordos internacionais

Quatro acordos internacionais foram ratificados ontem pelo Plenário do Senado e seguiram para promulgação. Os acordos votados tratam de transferências de condenados no Mercosul, de cooperação agropecuária no continente, de serviços aéreos com Israel e de cooperação científica e tecnológica com o Vietnã.

O PDS 72/11 trata do acordo sobre transferência de condenados dos países do Mercosul com Bolívia e Chile, para permitir

que cumpram a condenação em seu próprio país e ambiente social.

O PDS 635/10 trata do primeiro protocolo adicional ao acordo já firmado na área de agropecuária entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, em 2003, para incrementar ações e projetos na região do Cone Sul.

O PDS 77/11 é um acordo bilateral celebrado com Israel em julho de 2009 e estabelece as bases para a ligação aérea

regular entre os dois países e o tratamento das questões financeiras e trabalhistas incidentes nas operações.

Os senadores aprovaram ainda o PDS 632/10, que trata de Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os governos do Brasil e do Vietnã. Pelo texto, os dois países promoverão o desenvolvimento e a execução de projetos e programas em áreas de interesse mútuo nos campos da ciência e tecnologia.



Senador Roberto Requião preside reunião da Comissão de Educação

## Comissão cobra recolhimento de livros com erros

A CE aprovou o envio de pedido de informações ao ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o recolhimento de 7 milhões de livros destinados a apoiar as aulas de matemática nas zonas rurais do país, devido a erros contidos no material. Em tal livro, haveria trecho afirmando que "10 - 7 = 4".

A autora do requerimento, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), pede que as informações a serem enviadas pelo ministro incluam as providências já tomadas pela pasta para sanar o problema.

## Faculdade pode contratar docente só com graduação

As faculdades públicas e privadas poderão contratar temporariamente professores que tenham apenas graduação e também pessoas possuidoras de notório saber na área que irão lecionar. Projeto foi aprovado ontem na CE e segue para votação em Plenário.

O texto aprovado mantém regra em vigor para contratação permanente de professor pelas instituições públicas, prevendo que seja por concurso e que os candidatos sejam portadores de diploma de doutorado ou mestrado, conforme a complexidade da função.

## Paim pede diálogo entre bombeiros e governo do Rio

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem aos bombeiros e ao governo do Rio de Janeiro que tentem dialogar para chegar a um acordo. Nos últimos dias, bombeiros cariocas têm promovido manifestações por melhores salários e condições de trabalho, culminando com a ocupação do quartel central da corporação pelos manifestantes e consequente prisão de centenas de bombeiros.

– Quem está à frente do movimento sabe que milhares de famílias estão na expectativa de que aquele movimento termine bem, que prevaleça o diálogo e as reivindicações sejam atendidas – disse.

Paim pediu aos líderes do movimento grevista e ao governador Sérgio Cabral que voltem à mesa de negociações para que a greve acabe e os bombeiros possam retornar ao trabalho.



Walter Pinheiro: moradores da área rural têm direito a cidadania plena

## Walter Pinheiro quer telefonia e banda larga para o campo

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu investimentos do governo federal em telecomunicações para que os cerca de 40 milhões de brasileiros que vivem na zona rural tenham mais acesso à telefonia e à banda larga.

– Todo mundo entende que o Brasil está carente de serviços para atender milhões de brasileiros. Todo mundo entende que não dá mais para esperar para atender essa gente – afirmou.

O senador disse que para que essas pessoas tenham uma cidadania plena, elas necessitam de acesso a serviços de saúde, eletricidade, telecomunicações, financiamentos, educação e moradia.

– Temos de usar as telecomunicações para agilizar o processo de produção no campo, para melhorar a vida do agricultor e para melhorar a produtividade – declarou.

Senadora afirma, em entrevista coletiva, que presidente Dilma “quer o funcionamento da pasta na área de gestão, de acompanhamento dos processos, dos projetos”

## Gleisi Hoffmann diz que dará perfil de gestão à Casa Civil

EM ENTREVISTA COLETIVA após aceitar o convite da presidente Dilma Rousseff para assumir a Casa Civil, substituindo Antonio Palocci, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) assegurou que dará um perfil de gestão à pasta. Emocionada, ela agradeceu o voto de confiança da presidente Dilma Rousseff e se disse “honrada e orgulhosa” pelo convite.

– Quero agradecer a ela a confiança que ela tem na minha capacidade de trabalho. Eu vou me dedicar muito, trabalhar muito, para que eu possa entregar a ela o produto que ela quer do meu trabalho – afirmou.

Gleisi disse que Dilma “quer o funcionamento da Casa Civil na área de gestão, de acompanhamento dos processos, dos projetos”.

– Ela disse que meu perfil se adequa ao que ela pretende agora na pasta e é com isso que estou comprometida – assinalou.

A senadora fez menção especial a seu antecessor no cargo, Antonio Palocci.

– É uma pena perder o ministro Palocci neste governo pela qualidade que ele tem – declarou Gleisi, lembrando que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, anunciou, na segunda-feira, o arquivamento das representações encaminhadas



Gleisi e os petistas Humberto Costa, José Pimentel, João Pedro e Wellington Dias

pela oposição contra Palocci.

Antes de tomar posse hoje, como ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann fará um pronunciamento no Plenário do Senado, às 14h30. A posse, no Palácio do Planalto, está prevista para as 16h.

### Trajatória

A paranaense Gleisi Helena Hoffmann chegou este ano ao Senado, tendo vencido as eleições de outubro com 29,50% dos votos. Na Casa, notabilizou-se por defender o governo de Dilma Rousseff das críticas dos parlamentares de oposição. Teve embates especialmente com o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

Ela foi a relatora do Projeto de Decreto Legislativo 115/11, que ratificou o acordo do Brasil com o Paraguai para revisar a tarifa paga àquele país pela energia de Itaipu. O texto foi aprovado pelo Senado no início de maio.

Em pouco mais de seis meses atuando na Casa, Gleisi Hoffmann apresentou 19 propostas e relatou outras 16. Entre os projetos de sua iniciativa, está o PLS 81/11, que reduz o período de carência para a aposentadoria por idade das donas de casa de baixa renda.

O primeiro suplente de Gleisi Hoffmann é o advogado Sergio de Souza (PMDB), e o segundo, Pedro Irno Tonelli (PT).

## Não há mais motivos para criar CPI, afirma Pedro Simon



Pedro Simon

O pedido de demissão de Antonio Palocci retirou a necessidade de criar uma CPI para investigar a situação financeira do ex-ministro da Casa Civil, avaliou o senador Pedro Simon (PMDB-RS). A opinião difere de senadores da oposição, para os quais ainda há razões para uma CPI.

Simon disse que “foi estranho Palocci estar montando um governo, no ano passado, e ao mesmo tempo ganhando R\$ 10 milhões”.

Para o senador, a decisão da presidente Dilma Rousseff de colocar a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) na Casa Civil foi “muito corajosa e muito feliz”.

## Bauer: governo está marcado como fraco e indeciso



Paulo Bauer

Para o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a demissão de Antonio Palocci serviu muito mais para salvar o governo do que para mostrar sua inocência. Ele afirmou que, embora Palocci encerre sua participação, o governo Dilma fica marcado com uma postura de “fraco, indeciso e solidário com os companheiros antes de ser solidário com a pátria”.

Ele desejou à senadora Gleisi Hoffmann sucesso em seu novo posto.

– Espero que faça um trabalho de alto nível e oriente a equipe da presidente a ter uma interlocução patriótica e republicana com todos os integrantes desta Casa – disse.

## Wellington: solidariedade a Palocci e elogio a Gleisi



Wellington Dias

O senador Wellington Dias (PT-PI) prestou solidariedade ao ex-ministro Antonio Palocci e desejou que Gleisi Hoffmann tenha um bom desempenho à frente da Casa Civil. Ele disse acreditar que Palocci não cometeu qualquer tipo de crime contra o poder público, assinalando a análise da Procuradoria-Geral da República.

“O Brasil deve muito ao cidadão Antonio Palocci, pelas mudanças que tivemos na nossa economia”, disse o senador. Luiz Henrique (PMDB-SC), Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e Lindbergh Farias (PT-RJ) também se solidarizaram com Palocci e disseram que Gleisi tem condição de dirigir com excelência a Casa Civil.

## CCAI, ainda não instalada, pretendia convocar Palocci

A votação de requerimento convidando o ex-ministro Antonio Palocci para prestar esclarecimentos sobre os rendimentos de sua empresa de consultoria Projeto no ano de 2010 dominou os debates na reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que deveria debater o regimento do colegiado, que ainda não foi instalado nesta legislatura.

Prevaleceu, porém, o argumento do ex-presidente da CCAI, Fernando Collor (PTB-AL), de que, enquanto o Congresso não votar o projeto que recria a comissão nesta legislatura, ela não existe oficialmente e, portanto, não tem poderes para deliberar sobre qualquer assunto.

Os governistas acabaram se beneficiando com a decisão de encerrar a sessão e não apenas suspendê-la para continuar o debate após a ordem do dia do Plenário.

## Aeroportos estarão prontos para a Copa, garantem autoridades

Autoridades do setor de aviação reafirmaram ontem todos os prazos para conclusão das reformas dos aeroportos das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014. Quatro comissões e uma subcomissão reuniram-se para ouvir o ministro Wagner Bittencourt, da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC); o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Carlos Eduardo Pellegrino; e o presidente da Infraero, Antonio Gustavo do Vale. Eles contradisseram relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual as obras de nove desses aeroportos não devem estar concluídas até a Copa.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou o trabalho do Ipea e questionou as mudanças de prazos anunciadas pelo governo. A senadora também criticou as privatizações dos aeroportos de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília, já anunciadas. Segundo ela, os três são superavitários, e sua renda compensa prejuízos de aeroportos menos movimentados. Bittencourt respondeu que esses aeroportos foram escolhidos por já haver estudos que demonstraram a inviabilidade da concessão de

suas áreas comerciais à iniciativa privada. Optou-se, então, pela privatização integral, sendo a Infraero sócia, com 49% das ações. Os dividendos pagos pelas administradoras desses terminais, acrescentou, ajudarão a Infraero a bancar os prejuízos de outros. Respondendo a Francisco Dornelles (PP-RJ), o ministro da SAC disse que ainda serão feitos mais estudos para a privatização dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG).

Já Pellegrino destacou o alto grau de segurança alcançado pelos aeroportos brasileiros em inspeções internacionais e disse que há três anos não há um acidente fatal na aviação civil regular no Brasil. Também salientou “o aumento da pontualidade e da regularidade nos voos domésticos, a redução das tarifas e o incremento da fiscalização da Anac, que resultou na arrecadação de R\$ 17,4 milhões em multas”. A audiência foi conjunta das comissões de Infraestrutura (CI); de Assuntos Econômicos (CAE); de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas 2016.



Lúcia Vânia e Blairo Maggi (2ª à dir.) ouvem exposição de Wagner Bittencourt

## CMA e CAE aprovam emendas ao projeto da LDO para 2012

As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 (PL 2/11-CN). A CMA vai apresentar duas emendas e a CAE, 25.

A CMA propõe a criação de um anexo para apresentar a correlação da terminologia usada no orçamento com a aplicada pelos ministérios. A

outra emenda exige autorização da Comissão Mista de Orçamento para empenho de créditos extraordinários.

Entre as 25 emendas da CAE, estão propostas para estabelecer reserva suficiente de recursos para os restos a pagar (obrigação de despesa contraída por gestor público, cujas parcelas podem ser pagas em exercício seguinte) e para impedir o contingenciamento de despesas criadas por emenda parlamentar.

## Soldados da Borracha e inventor paraense entre os heróis da pátria

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projetos que inscrevem no *Livro dos Heróis da Pátria* os nomes do grupo de seringueiros Soldados da Borracha e de Julio Cezar Ribeiro de Souza, cientista e inventor paraense considerado um dos precursores da aviação mundial.

No PLC 10/11, da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), a autora lembra o trabalho realizado pelos 65 mil brasileiros que foram para a Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial. “Esse contingente realizou notável trabalho, suprimindo as necessidades de látex durante o conflito mundial, uma vez que foi bloqueado o acesso aos seringais da Malásia”, explica.

A relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), explica que, “embora não tenham participado dos combates, os Soldados da Borracha estiveram sujeitos a condições de trabalho e sobre-

vivência extremamente severas, contribuindo diretamente para o mesmo objetivo dos ex-combatentes, que se uniram às forças aliadas para derrotar as potências do eixo”.

A inscrição do nome de Julio Cezar Ribeiro de Souza foi iniciativa do ex-deputado Paulo Rocha. No PLC 143/10, ele informa que, na década de 1880, Julio Cezar “desenvolveu as bases teóricas da aerodinâmica da navegabilidade aérea”.

O autor explica ainda que a proposta do cientista baseava-se na “estrutura fusiforme dissimétrica dos balões, consagrada posteriormente, inclusive nos famosos dirigíveis Zeppelin”.

O relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), acrescentou que as experiências de Julio Cezar foram reconhecidas à época por diversas instituições científicas e tecnológicas, tendo ele obtido a patente de seu “balão planador” em nove países.

## Ator Paulo Autran será o patrono do teatro brasileiro

Projeto que declara o ator Paulo Autran patrono do teatro brasileiro foi aprovado ontem pela CE e será enviado à sanção presidencial. O PLC 252/09, do ex-deputado Pompeu de Mattos, recebeu parecer favorável do relator, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN).

O relator classifica Paulo Autran como “grande ícone da dramaturgia” e ressalta que o ator, falecido em 2007, reúne todas as condições para

merecer o título. Ele lembra que alguns dos autores universais mais célebres foram interpretados no teatro por Autran. “No cinema, atuou em papéis memoráveis, sob a direção de consagrados autores. Na televisão, com sua versatilidade, trouxe encantamento aos telespectadores brasileiros”, destacou o relator, em seu voto.

Assim como Garibaldi, todos os integrantes da comissão se associaram à homenagem.

## “Senhor dos palcos” trocou Direito pela paixão maior

O carioca Paulo Paquet Autran (7/9/22 – 12/10/07), considerado um dos maiores atores brasileiros e conhecido pelo epíteto de “o senhor dos palcos”, estreou em 1947, incentivado pela também atriz Tônia Carrero, tornando-se logo um grande sucesso.

Sua prioridade sempre foi o teatro, sua grande paixão, onde desenvolveu sua arte.

Formou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco (SP) em 1945 e também pensava em ser diplomata, mas o palco o conquistou.

Sobre a profissão de ator, Autran disse: “É claro que nossa profissão é instável, sim. Mas quem tem que fazer teatro encara isso como um desafio a mais. Uma paixão a mais”.

## Miguel Arraes dará nome a trecho da Transnordestina

O trecho da ferrovia EF-232 situado entre Recife e a cidade de Estreito (MA) receberá a denominação de Ferrovia Transnordestina Governador Miguel Arraes de Alencar, conforme projeto (PLC 288/09) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), ressaltou que Arraes é “personagem da maior expressão na luta pela implantação da democracia contra a ditadura que se instaurou no nosso país em 1964” e destacou

a liderança do político “para a formação de uma nova mentalidade política no Nordeste”. Em outra homenagem a Arraes, o PLC 260/09 denomina Estrada Miguel Arraes de Alencar a BR-363, localizada em Fernando de Noronha (PE).

A CE aprovou ainda projetos que dão novas denominações a viaduto (PLC 118/10) no anel viário de Uberlândia (MG); a porto do estado da Bahia (PLC 248/09); e a viadutos localizados em Bayeux (PLC 105/10) e em João Pessoa (PLC 68/10), ambos na Paraíba.

Presidente do STF afirma, em audiência, que proposta impede lentidão dos processos, ao evitar a apresentação de recursos que provoquem mais adiamentos das decisões judiciais

## Peluso defende aprovação de PEC que combate impunidade

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, defendeu ontem, em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC 15/11) que combate a “indústria dos recursos” judiciais, a impunidade e a lentidão dos processos. Isso seria possível, segundo o ministro, porque a proposta prevê o fim dos processos após duas decisões judiciais – de primeiro grau e do tribunal local ou regional –, evitando que novos recursos provoquem mais adiamentos.

Apresentada em abril por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), após sugestão do próprio presidente do STF, a PEC dos Recursos tem como relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que já declarou ser favorável à proposta.

Ao repetir que a iniciativa combate o uso “perverso” dos recursos, Peluso citou o caso do jornalista Pimenta Neves, assassino da também jornalista Sandra Gomide. Apesar de ter sido condenado em 2006 – o crime aconteceu em 2000 –, Pimenta Neves foi preso somente no mês passado, depois de apresentar uma série de recursos. O último foi negado pelo Supremo no fim de maio. Peluso também mencionou o caso das ações expropriatórias, “nas quais as respectivas indenizações muitas vezes são pagas não aos credores originais, mas a seus filhos ou, não raro, a seus netos”.

O ministro destacou que, devido a uma reforma regimental, o presidente do STF pode indeferir liminarmente recursos “inviáveis, sem nenhuma condição de exame”. Ressaltou que, desde

que assumiu a presidência da corte, em abril do ano passado, já rejeitou quase 32 mil recursos “absolutamente inviáveis”.

Ricardo Ferraço informou que pretende solicitar mais uma audiência sobre o assunto, tendo como convidados representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cujo presidente e diversos membros, segundo disse, vêm criticando a PEC dos Recursos. Outro convidado seria o professor Joaquim Falcão, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, que participou da pesquisa *Supremo em Números*.

Já Aloysio Nunes disse que os interessados podem enviar críticas e sugestões ao seu e-mail ([aloyisionunes.ferreira@senador.gov.br](mailto:aloyisionunes.ferreira@senador.gov.br)) nos próximos dez dias. Ele pretende entregar seu relatório antes do recesso de julho.



Cezar Peluso (E), ao lado de Eunício Oliveira e Aloysio Nunes, ressalta na CCJ importância da PEC que acaba com indústria de recursos

## Proposta agiliza a Justiça, avalia Sarney

A proposta de emenda à Constituição (PEC 15/11) que transforma os recursos extraordinários e especiais em ações rescisórias dará mais agilidade aos julgamentos, avalia o presidente do Senado, José Sarney.

No entanto, para ele, a proposta apresentada pelo senador Ricardo Ferraço encontrará resistência de alguns setores

da sociedade, em especial dos advogados.

– A convicção deles é de que a defesa tem que ir até o fim e esgotar todos os prazos – disse.

A PEC dos Recursos permitirá que qualquer processo julgado em segunda instância possa gerar efeitos imediatos, independentemente da sequência

da ação no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça.

– Ela vai fazer com que os processos tenham mais agilidade. Julgamentos em duas instâncias evidentemente já são conclusivos – afirmou Sarney, após encontro com o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso.

## CCJ reconduz membros do CNJ e do CNMP

Após a realização da sabatina dos indicados, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade, ontem, a recondução do advogado Jorge Hélio Chaves de Oliveira ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da procuradora da Justiça Militar Maria Ester Henrique Tavares ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As decisões ainda dependem de aprovação em Plenário.

Questionados pelos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Demóstenes Torres (DEM-GO) sobre uma “falta de controle” sobre a Procuradoria-Geral da República, especialmente em relação ao arquivamento de denúncias, Jorge Hélio afirmou que em uma República todas as autoridades deveriam estar sob controle 24 horas por dia.

Maria Ester disse que não existe norma sobre como poderia ser feito algum controle sobre as ações do procurador-geral da República e que, para isso, seria preciso uma mudança na Constituição federal. Ela assinalou também que o controle existe nos ministérios públicos estaduais.

## Plenário aprova dois diretores para a ANP

Os senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovaram ontem as indicações de dois diretores para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): o engenheiro químico Florival Rodrigues de Carvalho e o economista Helder Queiroz Pinto Junior.

À Comissão de Infraestrutura, Florival Carvalho e Helder Queiroz destacaram o bom momento por que passa o mercado brasileiro de petróleo, gás e biocombustíveis, além das perspectivas para o país com a exploração do pré-sal. Florival tem mestrado e doutorado em Engenharia Química. Desde 2007, ocupa o cargo de superintendente de Planejamento e Pesquisa da ANP. Helder Queiroz é economista e tem mestrado em Planejamento Energético e doutorado em economia da energia.

Também foram aprovadas ontem, na comissão, as indicações de Paulo Alberto da Silveira Soares para a embaixada na Indonésia e da embaixadora na Suécia, Leda Lúcia Martins Camargo, para exercer, cumulativamente, o cargo na Letônia.

Aprovada em duas comissões do Senado, a proposta da Câmara dos Deputados defende opção por mercadorias ecologicamente responsáveis

# Projeto estimula consumidor a escolher produtos sustentáveis

INCENTIVAR A POPULAÇÃO brasileira a escolher produtos elaborados a partir do uso sustentável dos recursos naturais é o principal objetivo do projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. Como o texto aprovado é um substitutivo, deverá passar por um turno suplementar de votação na próxima semana.

O projeto original (PLC 270/09), da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), previa a instituição de Política de Educação para o Consumo Sustentável, criada por uma lei

própria. Mas, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o texto foi modificado para incluir o consumo sustentável na esfera da Lei 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Como a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, também trata da educação ambiental, propôs-se a alteração dessa norma.

A relatora na CE, senadora Ana Amélia (PP-RS), não fez alterações ao que foi aprovado na CMA.



Senadora Ana Amélia foi a relatora do projeto e não fez alterações no texto que já havia passado pela CMA

Gerardo Magalhães/Senado Federal

## Ceará cumpre exigências para ter refinaria

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou ontem o atendimento, pelo governo do Ceará, de exigências feitas pela Petrobras para a instalação de refinaria de petróleo em Caucaia, próxima ao Porto de Pecém.

Inácio informou que foram resolvidas pendências com os índios da nação Anacé, que reivindicam a posse da área de construção da futura refinaria, e acertados detalhes da desapropriação de outros proprietários de terras no local.

De acordo com o senador, a construção da nova refinaria no Ceará deverá "mudar toda a face da economia do estado", devido à atração de novos empreendimentos para a região.

– Vamos vender petróleo do Ceará para o exterior e também poderemos abastecer o mercado interno. Mas, mais do que isso, a refinaria é um ponto de atração de outros grandes empreendimentos, em muitas áreas, que vão desde fornecedores até empresas que precisam de um polo petroquímico próximo para poder existir – disse.

Inácio Arruda relatou ainda a sua participação na Cúpula C40 de Grandes Cidades, ocorrida em São Paulo na semana passada. Ele informou que os debates durante a conferência foram focados na gestão de resíduos sólidos, transportes, meio ambiente e energia.

## Congresso comemora Dia do Meio Ambiente em sessão especial

Ao comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), lembrado ontem pelo Congresso em sessão especial proposta pelos deputados Alfredo Sirkis (PV-RJ) e Sarney Filho (PV-MA), parlamentares centraram suas preocupações na urgência da preservação da natureza e no risco de o planeta inviabilizar-se para as gerações futuras. A maioria disse não ver antagonismo entre proteção ambiental e produção de alimentos e defendeu que esse seja o entendimento na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em 2012.

A perspectiva de acordo mundial quanto a compromissos que permitam maior proteção

ambiental foi assinalada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela reafirmou a intenção do governo Dilma Rousseff de ampliar o diálogo com o Legislativo para garantir ao país segurança climática e alimentar.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

defendeu a inclusão, na legislação ambiental brasileira, de mecanismos que permitam ao produtor rural obter mais benefícios com a preservação dos recursos naturais do que com o desmatamento.

João Pedro (PT-AM) conclamou a sociedade a tomar para

si o compromisso de melhorar a vida no planeta.

– Eu espero que esta data sirva para despertar nos parlamentares a responsabilidade de discutir e melhorar o Código Florestal, que saiu da Câmara e que prioriza a produção e a terra – disse.



Ministra Izabella Teixeira, deputado Sarney Filho e senador Wilson Santiago: preocupação com o futuro marca sessão solene

Felipe Barro/Senado Federal

## Ângela pede ajuda do governo federal para Roraima

Ângela Portela (PT-RR) apelou, em discurso, à presidente Dilma Rousseff para que as Forças Armadas e a Defesa Civil prestem socorro a Roraima, em razão das enchentes provocadas pelas chuvas que atingiram o estado nos últimos dias.

Na avaliação da senadora, a situação não pode esperar "nem uma semana, nem um dia", pois a água avança e mais famílias ficam desamparadas. Ela disse que, se não houver ação imediata e integrada, em pouco tempo o estado vai começar a



Waldemir Borreto/Senado Federal

Ângela Portela diz que estado precisa de uma "ação imediata e integrada"

contabilizar as vítimas.

Ângela Portela afirmou que, nos próximos dias, já poderá

haver a necessidade de racionamento de combustíveis e alimentos em Roraima. Ela disse que as cidades estão sem acesso por terra, com famílias isoladas e impedidas de receber recursos do poder público, assistência médica ou comida.

A senadora informou que os ministros da Integração, Fernando Bezerra Coelho, e das Cidades, Mário Negromonte, foram convidados para visitar Roraima e constatar "o desespero das autoridades e dos moradores do estado".

## Criado comitê organizador da Rio+20

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) informou o lançamento, ontem, da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20, que será realizada em 2012.

A conferência internacional será uma oportunidade de avaliar os avanços na ideia de desenvolvimento sustentável,



Rodrigo Rollemberg acredita que conferência trará mais avanços

formulada na Rio 92, afirmou o senador. Além disso, acrescentou, o evento apontará o que os países devem fazer nos próximos 20 anos.

Felipe Barro/Senado Federal

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro\*  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:**  
 Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Casildo Maldaner • Anibal Diniz • José Sarney • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Blairo Maggi • João Pedro

\*Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:**  
 Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Sítio:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Sítio:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**  
**CEP:** 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Segurado poderá ter direito de escolher oficina

O segurado poderá escolher a oficina mecânica para reparo de seu veículo em caso de acidente, conforme projeto (PLC 14/11) aprovado ontem pela CAE. A única condição é que os preços da oficina escolhida não ultrapassem "os valores de mercado", comumente ofertados pelas empresas congêneres, credenciadas ou referenciadas pela seguradora, e pelas concessionárias autorizadas. A matéria ainda terá decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## Empréstimos para Curitiba e São Bernardo

Empréstimo de 36,15 milhões de euros entre Curitiba e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) foi aprovado ontem pela CAE. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte. A CAE aprovou também empréstimo de US\$ 21,6 milhões entre São Bernardo do Campo (SP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a saúde.

### GRATUIDADE PARA ESTACIONAR EM SHOPPING

A CAE deve votar na próxima terça-feira projeto que assegura gratuidade no estacionamento para o consumidor que comprovar gastos nos estabelecimentos do shopping center em valor correspondente a 20 vezes a quantia devida pela guarda do veículo.

De autoria do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto (PLS 87/2011) prevê que os valores cobrados em shopping center devem ser estabelecidos em frações de cinco minutos.

### REJEITADA DEDUÇÃO DE 30% DE PLANO DE SAÚDE

A CAE rejeitou, em decisão terminativa, projeto que aumentaria em 30% o montante dedutível, na apuração do lucro real, das despesas com seguros e planos de saúde feitas pelas empresas em benefício de seus empregados.

Apresentada pelo ex-senador Jorge Yanai, a proposta (PLS 193/10) prevê também a concessão às empresas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado.

Regras atuais de repasse de recursos para os municípios penalizam bastante a redução populacional, impedindo que as administrações deem conta de despesas permanentes

# FPM: senadores querem rever critérios de distribuição

AS PERDAS SOFRIDAS por 172 prefeituras brasileiras em suas cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) levaram os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a defender uma mudança nos critérios de distribuição desses recursos. Os prejuízos decorrem da redução expressiva de população nos municípios afetados, apontada pelo Censo 2010.

O subsecretário do Tesouro Nacional, Eduardo Coutinho Guerra, citou as maiores perdas: Jacareacanga (PA), Faro (PA) e Ribeirão do Largo (BA) tiveram no período de 2009 para 2010 reduções de população, respectivamente, de 66,16%, 58,23% e 40,99%. O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, explicou que o problema decorre dos critérios que fixam coeficientes conforme as classes de população. Cada faixa é um degrau múltiplo de 3.396. Qualquer acréscimo populacional inferior a múltiplos de 3.396 não se traduz em FPM maior, mas qualquer alteração populacional, por menor que seja, que implique mudança para faixa inferior, representa redução expressiva de FPM, explicou.



Eduardo Suplicy, ao lado de Jorge Viana (D), foi o autor da proposta de debater a situação dos municípios com representantes do IBGE e do Tesouro Nacional

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse que os prejuízos afetam as administrações, que não conseguem reduzir despesas na mesma proporção. Uma solução, defendida por Nunes e Ziulkoski, pode estar no projeto (PLS 184/10) do então senador

Tião Viana para amenizar os efeitos das perdas. O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), apoiou a busca de um critério mais equilibrado.

Eduardo Suplicy (PT-SP) – que requereu o debate, junto com Walter Pinheiro (PT-BA) – informou que o projeto está na CCJ.

## Pirâmide etária mostra riscos para Previdência

Uma projeção da população brasileira em 2050 comparada com a população da França em 2005, feita pelo presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, expôs os riscos a que estão expostos a Previdência Social e o sistema de saúde pública.

Nunes demonstrou que a pirâmide etária da população brasileira de 2050 será semelhante à da França em 2005. Na base, estão as pessoas de até 4 anos, e no topo, as com mais de 80.

Fundamentada nas tendên-

cias de crescimento identificadas pelo Censo de 2010, a pirâmide mostra o estreitamento da base, em função da diminuição dos níveis de fecundidade, e o alargamento do topo, decorrente da redução dos níveis de mortalidade.

Diante de situação semelhante, a França foi obrigada, em 2010, a fazer uma reforma que aumentou as idades mínimas de aposentadoria de 60 para 62 anos e de recebimento de pensão integral de 65 para 67 anos.

As mudanças desencadearam greves de âmbito nacional, que envolveram trabalhadores dos setores privado e público.

O presidente do IBGE disse que o Brasil ainda tem algum tempo para fazer as mudanças, mas advertiu que "o futuro chega".

Se o país não enfrentar o problema, observou, corre o risco de viver um processo semelhante ao da França diante do aumento da longevidade de sua população.

## Ataídes propõe combate às fraudes no INSS



Senador lembra saldo negativo de R\$ 12 bilhões da Previdência em 2010

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) propôs ontem uma série de medidas para melhorar o déficit da Previdência Social, entre elas o combate às fraudes, segundo ele, as principais responsáveis pelo saldo negativo de quase R\$ 12 bilhões nas contas do órgão em 2010.

O senador explicou que a guia GFIP, de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que permite a criação

de diversos vínculos empregatícios-fantasmas em uma mesma guia, é uma das maneiras de fraudar a Previdência.

Para ele, há necessidade de modificar a gestão da Previdência. Na sua avaliação, se o órgão fosse considerado como uma empresa qualquer, os credores já teriam pedido o fechamento.

– São R\$ 198,74 bilhões [de déficit] de 2000 a 2010.

## Lídice destaca programa estadual de segurança

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou o lançamento, pelo governo da Bahia, do programa Pacto pela Vida.

– Não se trata de apenas mais um programa de segurança pública desarticulado e destinado à resolução de problemas pontuais, mas sim de um pacote de ações integradas entre várias instâncias do poder público e da sociedade civil organizada com vistas à redução dos índices de criminalidade – afirmou.

A senadora lembrou ainda os dez anos da morte do geógrafo Milton Santos (1926-2001).



Moreira Mariz/Senado Federal

## João Pedro elogia programa Brasil sem Miséria

João Pedro (PT-AM) destacou ontem o lançamento do programa Brasil sem Miséria, que pretende tirar 16,2 milhões de brasileiros da pobreza extrema.

– Quero aplaudir a presidenta Dilma Rousseff por esse programa e pela coragem de enfrentar a pobreza no Brasil – afirmou.

Para o senador, não é possível que o Brasil seja uma liderança mundial, com uma grande economia, e ao mesmo tempo continue a carregar uma "pobreza histórica".

## Malta alerta para volta de suspeito de pedofilia

Magno Malta (PR-ES) anunciou ontem que apresentará ofícios ao Banco Central, ao Ministério da Justiça e à presidente Dilma Rousseff alertando sobre o retorno do economista José Carlos Jacob de Carvalho ao Brasil e ao seu emprego no BC, do qual havia pedido licença não remunerada em 2008. Carvalho estava sendo investigado pela CPI da Pedofilia do Senado e fugiu, sem prestar o depoimento para o qual havia sido convocado.



Moreira Mariz/Senado Federal

## Combate ao crime na fronteira exige trabalho integrado

O trabalho de prevenção da criminalidade nas regiões de fronteira deve ser "sistêmico e integrado", recomendou ontem o secretário-adjunto de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Juarez Pinheiro, à Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O secretário ressaltou a necessidade de envolvimento dos municí-

pios na prevenção da criminalidade. A União e os estados, observou, seriam "entes abstratos", uma vez que os cidadãos "vivem nos municípios".

Por outro lado, ele defendeu o trabalho conjunto de órgãos estaduais – como as polícias civil e militar – com órgãos federais, a exemplo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do

Exército e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

– Todos precisam, juntos, cuidar de nossas fronteiras. Não dá para cada um ficar na sua caixinha, cada órgão tem que falar com o outro – recomendou.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que preside a subcomissão, também criticou o "abandono sistemático de nossas fronteiras".



Presidente da subcomissão, Mozarildo Cavalcanti ouve o secretário-adjunto de Segurança Pública do RS, Juarez Pinheiro

Lio de Paula/Senado Federal

Em debate no Senado, especialistas contestam proposta da Anvisa de proibir a venda no Brasil de remédios à base de sibutramina e anfetamina

# Proibição aos inibidores de apetite é criticada

A PROPOSTA DA Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de retirar do mercado os medicamentos inibidores de apetite foi bastante combatida ontem, em audiência pública promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). Apesar da falta de consenso, a maioria apontou como alternativa o maior controle sobre o uso da sibutramina e da anfetamina e seus derivados, remédios usados para emagrecer e controlar o peso.

O presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, explicou que não se trata de ser a favor ou contra a retirada, mas, sim, de garantir à sociedade segurança e eficácia no uso de medicamentos para combater a obesidade, “um dos maiores problemas da sociedade moderna”.



O cardiologista Geniberto Paiva Campos (E), o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, o senador Paulo Paim e o nutrólogo Paulo Giorelli ouvem endocrinologista João Eduardo Salles no debate

Segundo explicou, a própria multinacional Abbott, fabricante da sibutramina, retirou dos Estados Unidos o seu produto e aconselhou o Brasil a fazer o mesmo, depois da realização de pesquisas que comprovaram o perigo do medicamento.

No Brasil, de acordo com Barbano, nenhuma pesquisa conseguiu comprovar a eficiência dos inibidores para garantir a sua permanência no mercado.

– Ou vamos deixar esses produtos no mercado com a garantia de que são seguros e eficazes

ou não podemos permitir que permaneçam – assinalou o presidente da Anvisa.

Para o representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Geniberto Paiva Campos, a Anvisa tem o dever de analisar e determinar que drogas devem

ou não ser usadas. Ele sugeriu que a responsabilidade na decisão de se proibir ou não os inibidores seja dividida entre todos os segmentos envolvidos, na direção de se formular políticas públicas claras que garantam a saúde pública.

## Senadores apontam necessidade de alternativas

O Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de inibidores de apetite à base de anfetamina, substância já proibida na Europa. A informação foi ressaltada pelo autor dos requerimentos para a realização do debate, Paulo Paim (PT-RS), que alertou para o grave problema da obesidade no mundo, em especial no Brasil, onde mais da metade da população adulta está acima do peso. No caso das crianças entre cinco e nove anos, o problema já atinge uma em cada três, observou o senador.

Cyro Miranda (PSDB-GO), por sua vez, apontou a necessidade de estudos científicos sobre o problema.

– Precisamos eliminar a fase do poder econômico – disse o senador.

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), para quem a obesidade é um caso grave de saúde pública, disse que a retirada dos inibidores de apetite do mercado “será lamentável”, pois muitos doentes dependem deles para controlar o apetite e o peso.

Essa é também a opinião de Paulo Davim (PV-RN). Médico, ele considera complicado simplesmente retirar do mercado certos medicamentos usados no controle de peso, sem oferecer alternativas.

## Maior controle na prescrição em vez de retirada do mercado

Um maior controle na prescrição dos inibidores de apetite, em vez da sua retirada do mercado, foi defendida, na audiência, por diversos especialistas. O diretor da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran), Paulo Giorelli, afirmou que o impacto da obesidade na saúde pública é enorme, pois está entre as principais causas da diabetes, do câncer e da hipertensão arterial, entre outras enfermidades. Para ele, os inibidores de apetite têm sua importância, mas precisam ser usados com cautela.

– Os inibidores reduzem, em média, apenas 10% do peso corporal dos pacientes. Portanto, ninguém tem a inocência de pegar um obeso mórbido e tratar com medicamentos anorexígenos – afirmou Giorelli, para quem é preciso focar o tratamento na causa da doença e não simplesmente na obesidade.

O representante da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, João Eduardo Salles, defendeu a retirada dos derivados de anfetamina do mercado, pois não há pesquisas que comprovem sua eficiência. Mas quanto à sibutramina, garantiu que vários estudos asseguram os bons resultados

do produto, “desde que a bula seja seguida”.

Na opinião do presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica (SBCM), Antonio Carlos Lopes, o problema não está no medicamento, mas na má formação médica. Ele disse que, “na mão de indivíduos competentes, esses medicamentos não acarretam maiores problemas”.

O presidente da Abran, Durval Ribas Filho, destacou que o combate à obesidade se faz também com “prevenção, atividade física e mudança de hábitos alimentares”.

A posição do Conselho Federal de Medicina (CFM), conforme Desiré Carlos Callegari, secretário da instituição, é de, em primeiro lugar, garantir a autonomia do médico para decidir qual medicamento utilizar e, em seguida, assistir a população. Segundo ele, o próprio conselho já tem ajudado no controle dos inibidores de apetite, punindo os profissionais que os prescrevem exageradamente. Mas, em sua opinião, a proibição de uso desses medicamentos não deve ser feita.

– Não podemos deixar de ofertar a um obeso uma medicação bem prescrita e bem controlada – alertou Desiré.

## Davim elogia o debate sobre remédios e combate à obesidade

A qualidade do debate promovido pela CDH e pela CAS foi destacada em Plenário por Paulo Davim (PV-RN). Os especialistas, de acordo com o senador, apontaram que, se os inibidores de apetite forem retirados do mercado, o quadro clínico de muitas pessoas obesas pode ser agravado e o país pode ganhar cerca de 5 milhões de novos obesos. Hoje são estimadas 100 milhões de pessoas com sobrepeso ou obesidade.

– Qualquer retirada dessas substâncias, seguramente, trará um grande prejuízo no combate à obesidade e na sua comorbidade, que é realmente conhecida por todos que trabalham na área de saúde – disse o senador.

Davim informou ao Plenário que apresentou projeto de lei para instituir que os prêmios de loterias federais não reclamados pelos ganhadores dentro do prazo legal sejam destinados



Senador diz que retirada implicará aumento da obesidade no país

ao Fundo Nacional de Saúde. O objetivo é que os recursos sejam aplicados no programa Saúde da Família.

## Consumo no país está entre os mais elevados do mundo

Em março de 2008, em seu relatório anual, a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), órgão da ONU, mostrou que Argentina, Brasil e EUA responderam, juntos, por 75% do consumo de anfetaminas no mundo. O relatório indica que, no Brasil, o consumo *per capita* dos remédios para emagrecer, ou anorexígenos, chegou a 9,1 doses diárias por mil habitantes entre 2002 e 2004 – um aumento de mais de 20% em relação ao período entre 1992 a 1994.

Segundo a Jife, de cada mil brasileiros, 12,5 já usaram medicamentos para emagrecer. O consumo em 2005, por exemplo, foi quase três vezes maior que o norte-americano naquele mesmo ano. Especialistas afirmam que o problema é maior entre as mulheres: para cada homem

que usa anorexígeno, existem dez brasileiras que consomem esse tipo de medicamento.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) afirma que o alto consumo de remédios desse tipo no Brasil está associado à procura por tratamentos “milagrosos” para emagrecimento e defende uma mudança de atitude dos médicos, diminuindo o número de receitas.

Já Argentina e Chile são citados pela junta como exemplos de países que adotaram medidas efetivas de controle do uso de estimulantes para redução do apetite. Segundo o relatório, a Argentina conseguiu reduzir o consumo de 11 doses diárias por mil habitantes, no período entre 1992 e 1994, para cinco doses entre 2002 e 2004.

### Riscos do uso dos anorexígenos

#### Efeitos colaterais possíveis

- **SIBUTRAMINA** (nomes comerciais: Biomag, Nolipo, Plenty, Reductil, Redulip, Saciette, Sibuctil, Sibus, Sibutran, Sigran, Slenfig, Vazy)
  - aumento da pressão arterial e da frequência cardíaca • alteração no ritmo cardíaco • parada cardíaca • infarto • AVC • dor de cabeça • boca seca • anorexia ou aumento do apetite • constipação • insônia • ansiedade • rinite • faringite • dor lombar • náusea • sudorese • fraqueza
- **ANFEPRAMONA** (nomes comerciais: Inibex S, Dualid S, Hipofagin S)
  - euforia • irritabilidade • inquietação • delírios • distúrbios psicóticos • surtos de esquizofrenia • dependência • arritmia cardíaca • isquemia cerebral • acidente cerebrovascular • leucemia • hipertensão pulmonar
- **FEMPROPOREX** (nome comercial: Desobesi-m)
  - inquietude • nervosismo • irritabilidade • insônia • agressividade • psicose • transtorno obsessivo-compulsivo • transtorno de ansiedade generalizada e pânico • tolerância e dependência • alterações neurológicas comportamentais e cardiovasculares • arritmia cardíaca e até colapso cardiovascular
- **MAZINDOL** (nomes comerciais: Absten S, Fagolipo, Moderine)
  - insônia • nervosismo • boca seca • constipação intestinal • tontura • dor de cabeça • arrepios • náusea • palpitações • vertigem • fraqueza

#### Os médicos recomendam

- Nunca se automedique com anorexígenos • Nunca copie o tratamento de alguém: a dose ideal para uma pessoa pode causar dependência ou até matar outra pessoa • Cuidado com as “fórmulas” para emagrecer: a maioria contém anfetaminas

#### Alimentos com sibutramina são proibidos

- Em abril, a Anvisa suspendeu, em todo o país, a fabricação e comercialização dos produtos *Quitosana* e *Quitosana e Associações*, das marcas Algas Regi, Sliminus e Fibratto, por conterem sibutramina. A substância não é permitida em alimentos. Se você já tiver adquirido algum dos produtos suspensos, deve interromper o uso.

